

DATALUTA



BOLETIM DATALUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, junho de 2022, número 174. ISSN 217-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATALUTA

AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO NORDESTE EM TEMPOS DE PANDEMIA, DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO

ARTIGO DO MÊS

DILEMAS DA AGRICULTURA: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DOS AGROTÓXICOS E ALTERNATIVAS SUSTENTÁVEIS NO MUNICÍPIO DE POÇO VERDE (SE)

Acesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

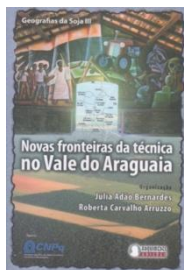
EVENTOS

VIII Seminário nacional de integração da graduação e pós-graduação em geografia; XXII Semana de geografia; XVII Encontro de estudantes de licenciatura em geografia.

Tema: A ciência geográfica e os dilemas atuais da humanidade: entre guerras e pandemias.
Presidente Prudente, 17 a 21 de outubro de 2022;

Taller De Investigación, Acción Participativa En Agroecología Y Soberanía Alimentaria
14 a 17 de setembro de 2022, São Paulo, Brasil

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Livro: **Geografia da Soja III: novas fronteiras da técnica no Vale do Araguaia** – Organizadoras: **Júlia Adão Bernardes e Roberta Carvalho Arruzzo**.

Para baixar:
<http://nuclamb.geografia.ufrr.br/geografia-da-soja-iii-novas-fronteiras-da-tecnica-no-vale-do-araguaia/>



Webinar Rede DATALUTA
Realização: Rede DATALUTA.

Canal de webinars da Rede DATALUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confira os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:
<https://www.youtube.com/c/REDEDATA/LUTA/videos>

PodCast Unesp – Pod Territorial.



Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar:
<http://podcast.unesp.br>

EQUIPE:

Revisão, Editoração e Coordenação: Aline Albuquerque Jorge, Bruna Gonçalves Costa, Danilo Valentin Pereira, Eduardo P. Girardi, Gerson Antonio Barbosa Borges, Lara Dalperio Buscioli, Lucas de Brito Wanderley e Wiliams Ventura Ferreira Souza.

Leia outros números do **BOLETIM DATALUTA** em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS DO NORDESTE EM TEMPOS DE PANDEMIA, DESMONTE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVANÇO DO CAPITAL NO CAMPO

Leandro Vieira Cavalcante

Professor do Departamento de Geografia (DGC) e dos Programas de Pós-Graduação em Geografia (Geoceres) e em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisador do Laboratório de Estudos Rurais (LabRural/UFRN).

leandro.cavalcante@hotmail.com

Joana Tereza Vaz de Moura

Professora do Instituto de Políticas Públicas (IPP) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Coordenadora do Laboratório de Estudos Rurais (LabRural/UFRN).

joanateresa@gmail.com

INTRODUÇÃO

Considerando os esforços tomados no sentido de ampliar a compreensão acerca da natureza dos movimentos socioterritoriais diante de sua complexidade e diversidade de processos de formação e atuação, este ensaio volta-se para a discussão sobre as formas de resistência dos movimentos socioterritoriais da região Nordeste em tempos de pandemia de Covid-19 e de um contexto político marcado pelo desmonte de políticas públicas e de avanço do capital e da violência no campo, viabilizados pelo Governo Bolsonaro. Nesse sentido, objetiva-se catalogar as ações empreendidas pelos movimentos socioterritoriais no âmbito da questão agrária e dos conflitos ambientais no Nordeste do Brasil, de modo a revelar quais ações foram efetivamente realizadas visando assegurar a permanência no campo e a defesa de pautas essenciais à luta na terra e à justiça ambiental.

Parte-se do entendimento de que os movimentos socioterritoriais têm o território como sua característica definidora (FERNANDES, 2005). Neste entendimento, se apropriam do espaço e, mediante o avanço do capital no campo, originam resistências sociais em torno da garantia do direito ao território e à justiça ambiental, num contexto dialógico que leva em consideração diferentes estratégias de luta e resistência e em articulação com distintos atores. Conforme destacam Halvorsen, Fernandes e Torres (2021, p. 27), “o território apropriado [...] é, por sua vez, objeto de disputa de movimentos que buscam conquistar uma fração do território disputando contra os projetos hegemônicos de corporações capitalistas com apoio do Estado”.

Fernandes (2005, p. 31) assegura que “[...] é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência, o espaço, o território e o lugar produzidos por suas ações por meio das relações sociais”, tendo em vista que eles são “produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios” (p. 30). No campo, por exemplo, os movimentos socioterritoriais são, predominantemente, movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas, os quais possuem o território como condição essencial para sua existência. Isso ocorre porque, de acordo com Halvorsen, Fernandes e Torres (2021, p. 29), os movimentos socioterritoriais “[...] não são apenas

produzidos por ocupações de terra, mas incluem qualquer tentativa de apropriação e controle do espaço com o objetivo de promover um projeto político”.

Nesse estudo, optou-se por trabalhar com os dados de 2021 em decorrência da consolidação das informações que constam no banco de dados da Rede DATALUTA¹. Ademais, considerou-se os dados de 2021 em função da gravidade do contexto pandêmico, quando, apenas no Brasil, morreram 412 mil pessoas em decorrência de Covid-19, face à inoperância do Governo Federal no combate à pandemia. Em razão das medidas de distanciamento social e do avanço da fome no país, os movimentos socioterritoriais atuaram buscando diminuir o efeito da pandemia nas populações mais vulnerabilizadas, mobilizando novas formas de ação, atuando em redes e produzindo resistências. Além disso, também em 2021 assistiu-se a uma continuidade do desmonte de políticas públicas no campo e a um aumento da violência em decorrência do acirramento das tensões no espaço agrário brasileiro, autorizadas pelo Governo Bolsonaro. Tais processos são discutidos por Moura, Cavalcante e Fernandes (2022), Machado, Jorge e Fernandes (2022) e Coca *et al.* (2022), entre outros.

Assim, visando compreender a ação dos movimentos socioterritoriais na região Nordeste, partiu-se da matriz referencial do banco de dados da REDE DATALUTA, no qual as informações são coletadas por notícias que chegam através do *Google Alerta* sobre as ações dos movimentos socioterritoriais em todo o Brasil. Foram selecionadas as ações empreendidas pelos movimentos do Nordeste e realizou-se uma análise quali-quantitativa das mesmas, destacando a natureza e os objetivos das ações, os movimentos envolvidos e o número de ações ocorridas em cada estado. Posteriormente, sistematizou-se e analisou-se os dados gerados, de modo a perceber a atuação dos movimentos socioterritoriais no território nordestino em tempos de pandemia, desmonte de políticas públicas e avanço do capital e da violência no campo.

AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO NORDESTE

No Brasil, considerando apenas o ano de 2021, os movimentos socioterritoriais atuaram na defesa de seus territórios, em ações de solidariedade, na defesa das políticas públicas, em articulações institucionais, dentre outras inúmeras ações. Mesmo vivenciando um momento de restrições com a pandemia de Covid-19, esses movimentos se reorganizaram e se reinventaram para defender suas tradicionais bandeiras de luta, as quais passaram a incorporar pautas que dialogam com o contexto social, econômico, político e sanitário do país. Essa rearticulação das formas de atuação dos movimentos socioterritoriais também considerou o fortalecimento da agenda patronal, sinalizando a necessidade de se construir outras agendas de lutas na terra e pela terra, bem como as relações com demais movimentos populares e organizações da sociedade civil.

No Nordeste, isso não foi diferente. Os movimentos socioterritoriais, no mesmo período, atuaram em ações propositivas e reivindicativas, como a luta pela regularização fundiária e a doação de alimentos, por exemplo, mas também sofreram ataques e perdas diante dos contextos de pandemia, desmonte de políticas públicas e aumento da violência no campo. Conforme sistematizado no banco de dados da REDE

¹ A pesquisa tem apoio CAPES Print, no âmbito do projeto “Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada”, coordenada por Bernardo Mançano Fernandes (Unesp) e que tem como propósito construir uma matriz de informações para registrar e sistematizar documentos e reportagens referentes às ações dos movimentos socioterritoriais, considerando suas diferentes formas de atuação, de luta e de resistência.

DATALUTA, foram registrados, em 2021, um total de 122 notícias relativas aos movimentos socioterritoriais no Nordeste, divulgadas em portais de notícias, divididas da seguinte maneira entre os estados: 33 na Bahia, 24 em Alagoas, 17 no Maranhão, 12 em Pernambuco, 10 no Ceará, 10 na Paraíba, 8 no Piauí, 7 em Sergipe e 1 no Rio Grande do Norte.

Catalogando a relação de movimentos socioterritoriais envolvidos em todas essas notícias, nota-se a diversidade de articulações e de tipologias de movimentos, a considerar apenas aqueles que atuaram a partir de pautas centradas no contexto rural. Dentre os movimentos socioterritoriais que realizaram pelo menos uma ação no Nordeste, em 2021, tem-se, por ordem alfabética: Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), Liga dos Camponeses Pobres (LCP), Marcha Mundial de Mulheres (MMM), Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Via Campesina. Desses, o MST foi o único movimento socioterritorial com registro de ações em todos os estados do Nordeste.

Demais movimentos também se somaram nessas ações, considerando a articulação campo-cidade e a inter-relação com outros movimentos populares, especialmente em atividades de solidariedade na pandemia e em protestos contra o Governo Bolsonaro. Como exemplo desses movimentos, tem-se: Frente Nacional de Luta Campo e Cidade (FNL), Frente Povo Sem Medo (FPSM), Frente Brasil Popular (FBP), Central de Movimentos Populares (CMP), 8 de Março - Greve Internacional de Mulheres (8M), Movimento de Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Rede Periferia Viva e Levante Popular da Juventude. Essa confluência de movimentos, num total de 22, revela a extensão das ações realizadas em 2021, bem como o fortalecimento da atuação em rede como estratégia de resistência e continuidade das lutas.

Realizou-se um total de 181 ações por esse conjunto de movimentos socioterritoriais, as quais podem ser subdivididas em cinco categorias de ações, a saber: i) propositivas (67); ii) reivindicativas (50); iii) conquistadas (28); iv) sofridas (27); v) defensivas (9). Infere-se que uma determinada ação pode se enquadrar em distintas tipologias, ou seja, uma ação pode ser propositiva e ao mesmo tempo reivindicativa, como por exemplo o caso de uma manifestação pública. Nota-se que a maior parte das ações estão nas categorias propositivas e reivindicativas, totalizando 117 ações, o que indica que os movimentos socioterritoriais do campo no Nordeste tiveram, em 2021, uma postura ativa no sentido de realizar ações que tinham como objetivo demarcar suas lutas e cobrar pela garantia de direitos, diante dos retrocessos advindos com o Governo Bolsonaro e em função da crise sanitária instaurada pela pandemia, mas também tiveram uma postura reativa em defesa de seus territórios diante da crescente violência e do avanço do capital no campo nesse período.

No que se refere às ações em si, registrou-se, em 2021, uma grande diversidade de ações praticadas e/ou sofridas pelos movimentos socioterritoriais no Nordeste. Dentre elas, destacam-se: doação de alimentos; doação de mudas; doação de produtos de higiene pessoal; doação de equipamentos de proteção individual; comercialização de alimentos; realização de feiras (virtuais e presenciais); reuniões entre movimentos; eventos e encontros virtuais; manifestações; marchas; ocupações de prédios públicos;

regularização fundiária; ocupações de terra; defesa de políticas públicas; comunicação popular; violência institucional; ameaças de mortes; despejos e reintegrações; conquista de escolas, postos de saúde e moradias no campo; defesa de territórios; resistência a despejos; resistência ao agronegócio; atos virtuais; divulgação de notas de repúdio; denúncias públicas; defesa da agroecologia; resistência aos agrotóxicos etc.

Esse conjunto de diferentes ações, praticadas e/ou sofridas, mostram que os movimentos socioterritoriais do Nordeste estiveram constantemente em atuação em 2021, seja construindo pautas e se articulando face ao cenário de emergência sanitária, seja se defendendo diante do avanço do capitalismo no campo e dos ataques advindos do Governo Federal e/ou do agronegócio, em um contexto de profunda crise política e agravamento das injustiças sociais e ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o breve diagnóstico aqui apresentado, notou-se a continuidade das ações dos movimentos socioterritoriais do Nordeste em tempos de pandemia, desmonte de políticas públicas e avanço do capital e da violência no campo, a fim de continuarem defendendo suas históricas bandeiras de luta, bem como incorporando demais pautas em defesa da vida e de seus territórios. Observou-se, com a análise dos dados, a diversidade de movimentos socioterritoriais com registro de ações no Nordeste em 2021, bem como a multiplicidade de atividades realizadas no mesmo período. Esse debate é importante pois implica na necessidade de aprofundamento dos estudos acerca dos movimentos socioterritoriais, de modo particular no Nordeste, a fim de perceber como suas estratégias, identidades, socialização e institucionalização produzem território e, ao mesmo tempo, pautam politicamente seus mecanismos de resistência, levando em consideração diferentes contextos, pautas, escalas, narrativas, repertórios, instituições, sujeitos e agendas de luta.

REFERÊNCIAS

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; MASSON, Gabriela Abrahão; VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; SOBREIRO FILHO, José. Apresentação - Dossiê Estudos agrários críticos e COVID-19: movimentos socioterritoriais e luta pela terra no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 17, n. 47, p. 1-7, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, 2005.

HALVORSEN, Sam; FERNANDES, Bernardo Mançano; TORRES, Fernanda Valeria. Movimentos socioterritoriais em perspectiva comparada. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 24, n. 27, p. 24-53, 2021.

MACHADO, Angela dos Santos; JORGE, Aline Albuquerque; FERNANDES, Bernardo Mançano. Pandemia, ações de solidariedade do MST e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 17, n. 47, p. 155-178, 2022.

MOURA, Joana Tereza Vaz de; CAVALCANTE, Leandro Vieira; FERNANDES, Bernardo Mançano. Ação e reação dos movimentos socioterritoriais e as ecologias da resistência no rural brasileiro (2020-2021). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46, **Anais...** Campinas, 2022.